
Interdição e Mídias Digitais: Chaves de Segurança Entre Promessas de Liberdades¹

Andrea Limberto

Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), São Paulo, SP
Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, SP

RESUMO

Há uma promessa associada ao digital que representa abertura para acesso com diversidade e possibilidade de produção técnica aos usuários, ao mesmo tempo em que parte dos teóricos, um grupo cada vez maior, entende que ela também pode ser associada a um movimento de restrição e de exclusão em vários níveis. Neste artigo pretendemos posicionar algumas das teorias que se assentam em cada uma dessas duas linhas procurando analisar em que medida as mídias digitais podem ser enquadradas como um lugar de interdição. A ideia de interdição será assumida em dois níveis, em restrição de acesso e, num segundo nível como conformação mandatória à uma lógica do digital. Estamos para além do momento de optar eticamente por aderir ao digital ou não e, nesse sentido, fala-se de uma consequente exclusão digital. Também não estamos mais presos à um primeiro momento do contato com o suporte tecnológico e digital, mas nos cercamos das questões éticas que seus usos correntes implicam.

PALAVRAS-CHAVE: jornalismo; interdição; mídias digitais; narrativas.

Os avanços no relacionamento com as mídias digitais nos dá hoje uma perspectiva diferente de há três décadas. A primeira diferença que pontuamos é justamente o entendimento das mídias digitais como processo produtivo e não como acesso à internet. Como processo, ela envolve um conhecimento técnico que determina formas de participação social, cultural e política. Pretendemos apresentar três dos principais vieses do trabalho com o digital considerando sua tomada imaginária. Ou seja, aquilo que se espera de seu desenvolvimento. Essa esperança não resume todas as possibilidades práticas de desenvolvimento e também não determina as possibilidades do que não está no porvir, das possibilidades irreais e impensadas. Começaremos por desenhar um viés que chamamos de libertário, das teorias que associam as mídias digitais a uma abertura para a participação, para a representação e uma chance de representatividade e reconhecimento. Em seguida, abordamos as teorias que alertam para a restrição de nossa participação, do controle sobre nossos dados, do acesso por

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação, Mídias e Liberdade de Expressão, XIX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

plataformas hegemônicas e pouco alternativas. Nosso objetivo é por fim ver como essas duas vertentes se combinam para a produção de narrativas digitais que são ao mesmo tempo fragmentárias, individualizadas, mas ainda potencialmente críticas.

Estamos entendendo o trabalho com o digital como relacionado à forma da produção técnica, mais do que o trabalho com conteúdo diretamente, o que poderia nos levar a associar o trabalho do digital com o acesso à internet ou, ainda, às mídias sociais diretamente. O digital representa uma lógica de funcionamento da produção narrativa e isso reforça a ideia de que possa ganhar outro nome no futuro que não tenha relação com a marcação do digital, mas em suas especificidades.

Há uma promessa associada ao digital que representa abertura para acesso e possibilidade de produção, ao mesmo tempo em que parte dos analistas entende que ela também pode ser associada a um movimento de restrição e de exclusão em vários níveis. Neste artigo pretendemos posicionar algumas das teorias que se assentam mais ou menos em cada uma dessas duas linhas procurando analisar em que medida as mídias digitais podem ser enquadradas como um lugar de interdição. A ideia de interdição será assumida em dois níveis, em restrição de acesso e, num segundo nível como conformação de uma lógica do digital.

A percepção de que o digital deve ser associado a movimentos de interdição vem na linha do debate de que o uso do digital tem sido apropriado tanto para o relato das histórias individuais, o que pode ser pensado como uma ação de liberdade. Ao mesmo tempo, há um embate entre as diversas individualidades que se chocam e se conflitam a partir das várias entradas individuais a partir dos dispositivos digitais. Nesse sentido, pretendemos argumentar que o digital promove um ambiente conflituoso e de disputas. Essas ideias também se associam aos debates decorrentes do debate citado anteriormente relacionados às manifestações de ódio e das disputas por visibilidade nesse espaço.

Devemos apresentar uma definição do que estamos entendendo por digital. Ele não pode ser associado simplesmente ao uso da internet, embora a inclua, mas abrange toda a comunicação que parte dos dispositivos que usam tecnologia digital e que tenham ligação com fins comunicativos. Hoje há ao menos três limites a serem pensados nesse sentido. Muitos pesquisadores entendem que o ambiente do digital não poderá ser separado nem como um tipo de aparelho ou de comunicação específicos. A associação desse termo como diferença em relação analógico tende a desaparecer. O segundo limite

é o entendimento do digital como processo comunicativo. Nesse sentido, a Internet das coisas desafia o que se pode entender como ação de comunicação quando pensamos no limite do maquínico. Não estamos entendendo que haja uma revolução comunicativa implícita aí, mas um deslocamento social do que se entende por dado que comunica. O terceiro limite, que consideramos decorrente do segundo trata-se da inclusão/exclusão da tomada do corpo dentro dos ambientes digitais.

Pretendemos apresentar, a partir disso, as várias faces dos processos de interdição quando associados às mídias digitais. Recuperaremos alguns dos debates presentes na literatura e que contribuem para nosso encaminhamento das questões. Em seguida, trabalharemos a ideia do digital associado à interdição e à constituição do humano. Encaminharemos o apresentado os desígnios de uma possível lógica para o interdito no ambiente digital.

Recuperação da literatura: o que está sendo o digital

O tema do digital tem sido abordado por diversos pensadores especialmente ligados aos campos dos estudos filosóficos, das ciências sociais ou ainda das comunicações. Apresentam abordagens tão complexas quanto diferenciadas e que por sua vez são apropriadas também de formas plurais. Indicaremos aqui algumas que apontam para o reforço de uma liberdade de expressão e atuação a partir do aproveitamento do digital e aquelas que marcam fortemente um debate sobre as exclusões. Ambas as linhas de pensamento podem ser localizadas no tempo, passando de um otimismo pelas perspectivas de congregação social à experiência de um embate indissolúvel e constante dos ambientes digitais.

O entusiasmo em relação ao digital baseia-se especialmente nos argumentos da velocidade da troca de informações, das possibilidades de conexão e da inovação tecnológica. Podemos concentrar uma perspectiva negativa em relação ao crescimento do digital nos argumentos de uma superficialidade da informação, do imediatismo dos contatos, da demanda por consumo associada ao desenvolvimento de novas tecnologias.

Escapando dessas duas vertentes, que podemos considerar como uma dualidade datada de uma década de preocupação com os meios digitais, podemos dizer que as questões atualizadas envolvem o sigilo de dados, os dilemas em relação à privacidade e ao limite entre o público e o privado. Assim, estamos para além do momento de optar eticamente por aderir ao digital ou não e, nesse sentido, fala-se de uma consequente

exclusão digital. Também não estamos mais presos à um primeiro momento do contato com o suporte tecnológico e digital, mas nos cercamos das questões éticas que seus usos correntes implicam.

Saltando de um debate dual sobre a tomada das evoluções tecnológicas, pretendemos apontar o que elas nos dizem sobre a constituição do humano. Num sentido de tecnologia como extensão do corpo do homem, podemos dizer que a dimensão tecnológica nos acompanha desde a nomeação daquilo que é humano como operação intelectual, lembrando o que propõe classicamente McLuhan.

Essa noção do tecnológico nos coloca na base do que se pensa como entrada na ordem simbólica, como a entrada num estado enredado de relações que se assemelha à imbricação da linguagem. Assim, estamos pareando a entrada no âmbito da linguagem no mesmo nível de um progresso tecnológico. Não podemos assumir, em nenhum dos casos, a ideia de progressão como uma evolução. Ela aponta para caminhos do sentido de cada uso de palavra e cada invenção tecnológica concebida e apropriada, uma história verdadeiramente que se constrói nos deslizamentos entre concepções e práticas.

Apointa-se no caminho de entrada na linguagem uma conformação com suas configurações. Repetimos esse preceito presente em diversos autores para basear o nível de observação que queremos atribuir ao interdito, ao recorte. Temos pelo menos dois níveis de complexidade nessa argumentação que pretendemos. O primeiro deles trata da entrada na linguagem e da concepção tecnológica e o segundo, da produção na linguagem, que pode ser entendida no sentido dos atos de fala e a produção de conteúdos a partir do suporte tecnológico. Gostaríamos de fazer o movimento de passagem de um a outro para, primeiro, pleitear a possibilidade dos estudos de linguagem se aproximarem à dimensão do tecnológico e, em segundo lugar, absorver a contradição aparente entre um juízo negativo e positivo sobre a presença já marcante do digital.

Assumimos uma postura teórica baseada na aposta de que os debates sobre o uso das mídias digitais e suas práticas comunicacionais podem ser enriquecidos a partir de um assentamento no arcabouço conceitual dos estudos de linguagem. As relações estabelecidas especialmente com os conceitos de signo, de discurso, de imagem, de arquivo e de autoria situam as dinâmicas em rede num campo que privilegia seu caráter logicamente interligado. Desse modo, podemos situar a questão da novidade anunciada para estes meios com base em modelos narrativamente e discursivamente reconhecíveis.

Acreditamos que esta conexão se coloca com percalços conceituais do mesmo modo que reconhecemos que pode ser rica a aproximação. A narrativa é representativa da nossa dimensão de humanidade, do estado de nosso referencial cultural e dos modos de relatar. Nesse sentido, uma investigação sobre a narração no suporte digital pode ser revedora de como as atuais formas de relato humanizam o tempo que a máquina daria, mas que o humano rouba e compartilha.

“(…) existe entre a atividade de narrar uma história e o caráter temporal da experiência humana uma correlação que não é puramente acidental, mas apresenta uma forma de necessidade transcultural. Ou, em outras palavras: *que o tempo torna-se tempo humano na medida em que é articulado de um modo narrativo, e que a narrativa atinge seu pleno significado quando se torna uma condição da existência temporal*” (Ricoeur, 1984, p. 85. Grifos do autor).

Principais conceitos herdeiros dos estudos de linguagem geral e de interesse para o estudo dos meios digitais

- O estatuto da imagem: vale observar como existe uma marcação sobre a palavra na constituição das conexões na web e como fazer a passagem para a ideia de signo. Trabalhar as consequências disso no olhar sobre a produção para os meios digitais.
- Dinâmica de diferença e repetição: A partir da exposição sobre a natureza da linguagem, referenciar os processos de replicação de conteúdos, de construção de imagem sobre imagem, da existência da variação que é da ordem da opinião e do comentário, da possibilidade de nomeação e de indexação a partir da visualização/concepção da diferença. Esses movimentos são presentes na base das mídias digitais e na maneira de se fazer uso delas (atuação de terceira ordem sobre a imagem).
- Processos de indexação: Como decorrência dessa marcação na linguagem através do nome temos a consequência da circulação destes mesmos conteúdos. E o avesso dessa circulação como interdição.
- Operações da memória: os processos de construção da imagem tem relação direta com os mecanismos de apagamento e de resgate da memória. Essa questão é premente

quando pensamos na possibilidade de acúmulo de informações que as mídias digitais oferecem.

- Arquivo: O que nos é oferecido é a abertura e a compilação, indexação e disponibilização de arquivos como forma de suprir os apagamentos da memória. No entanto, podemos questionar a eficácia do desejo de realização do arquivo total.
- Linear e não-linear: há formas narrativas consagradas e que oferecem uma conhecida estruturação lógica. Discutir de que maneira as mídias digitais oferecem a possibilidade de desmontar essa sequência, oferecendo outra configuração lógica. Discutir o sonho de algo que seja caótico ou não linear.
- Rede: a resposta à questão da vontade pelo disperso e não-linear vem na forma da rede. Debater as várias aberturas deste conceito, que não é unificado e pensar como ele pode descolar do que se entendia como estrutura ou cadeia sónica.
- Identificação: trazer o debate sobre identificação é discutir as formas de coesão social. Cada vez a rede é mais um chamado não pela ligação entre conteúdos, mas entre pessoas. Nesse sentido, estariam os processos identificatórios na base da estruturação das imagens às redes?
- Autoria: Podemos nos perguntar se há um ponto de partida na rede, um ponto de partida para este movimento de identificação e a resposta pode passar pela noção de autoria. Podemos discutir a autoria tanto pela aproximação entre as posições de emissor e receptor, com a possibilidade de publicação e geração de conteúdos não exclusiva a um seletivo grupo. E também podemos discutir autoria pela condição de fazer nó na rede que comentávamos, de ser ligação nas imagens da rede.
- Unidade de sentido: Com isso fazemos a pergunta final, quais são as categorias que oferecem unidade de sentido e como elas são transportadas para os ambientes digitais?

Da atualização do viés libertário

A promessa do digital baseou-se especialmente na ideia da distribuição de conteúdo e da democratização do acesso, no debate sobre legislação. No sentido contrário, pensando a participação dos públicos, seria a possibilidade de entrega de narrativas mais diversas e possibilidade de acesso ao equipamento técnico necessário para a divulgação de narrativas das pontas para o centro da rede e espalhamento do acesso e conhecimento técnico e de maquinário.

Temos o sentido do espriamento de informações com projetos de transparência, acesso gratuito a muitos materiais. A produção de conteúdo está ampliada com projetos de áudio e vídeo alternativos e independentes, fazendo com que a técnica possa gerar novos produtos narrativos.

Primeiro é necessário dizer que o efeito da introdução dos meios digitais vale para todas as práticas comunicacionais, não exclusivamente as jornalísticas. Vivemos, nas últimas décadas, a adesão gradualmente crescente das formas de comunicação informatizada que tanto mudaram as dinâmicas da produção de conteúdo, quanto de sua distribuição. A forma de mundialização que conhecemos com a expansão das grandes redes globais de televisão, como BBC e CNN e a presença de jornalistas correspondentes bancados pelo mundo dá lugar à troca rápida de informações através de mensagens de texto, áudio e vídeo. Mas a diferença mais relevante está sendo atribuída à comunicação dos públicos com veículos de comunicação e marcas, no ambiente que tem sido denominado 2.0.

Nesse cenário, podemos identificar que as mesmas características podem ser positivadas, no sentido de um fortalecimento do jornalismo, como você indica na pergunta, ou como a falência de um campo. Especificamente entre os efeitos da entrada do digital no jornalismo podemos indicar: a possibilidade de interação com o público no momento de preparação da pauta, durante a execução da mesma e depois da matéria publicada; temos acesso a informações locais no momento em que acontecem vindas de todas as partes do mundo; há uma possibilidade de disseminação da informação de forma mais abrangente; nossos públicos podem também ser produtores de conteúdo; projetos que dão voz a comunidades e minorias podem se apropriar de técnicas MOJO (Mobile Journalism) para ter expressão; há mais pluralidade de veículos de mídia; há espaço para veículos mais independentes e alternativos; há vazão para diferentes espaços de mediação midiática que sobrevivem e interferem entre si de maneira crítica; há maior segmentação e especialização dos conteúdos, há a possibilidade de realizar um jornalismo investigativo e de dados potente, há a chance de fazer uma checagem de dados (fact-checking) bem feita, há a chance de dinamizar a linguagem do jornalismo em seu design e interatividade pensando possibilidades narrativas mais interessantes.

No sentido dessas mudanças, podemos tentar manter a esperança por um jornalismo forte se praticar efetivamente a pluralidade de vozes, o diálogo com diferentes meios de comunicação independentes e alternativos, a comunicação e a

escuta de seus públicos, a checagem de informação e de dados e a experimentação nos termos da linguagem para um visual tanto interessante visualmente quanto forte em sua representatividade cultural, social e política.

A relação com o digital tem sido desde seu início paradoxal, indo da promessa de um mundo de vantagens (acesso ilimitado à informação, difusão do conhecimento, a formação de uma nova esfera pública) à sua demonização (superficialidade dos conteúdos, nova manipulação dos públicos e reforço das dinâmicas de exclusão). Podemos argumentar a coexistência dessas visões e dar exemplos muito claros de como todas elas se verificam.

Do viés restritivo

Reforçamos o viés restritivo que acompanha o debate sobre exclusão digital. A circulação fechada de conteúdos, o debate sobre privacidade de controle de dados, o debate sobre a veracidade das informações encontradas online.

Conforme as décadas e as gerações passam, temos aprendido a pensar de maneira mais prática e concreta sobre as mudanças que a entrada no digital tem representado. Estou pensando no debate sobre fake news, nos processos de regulação da internet no Brasil e pelo mundo, na privacidade de dados.

Estamos num tempo do humor, do entretenimento, da descontração dos formatos e o jornalismo tem tentado oferecer isso também (especialmente nas editoriais mais abertas, como de cultura e cotidiano). Se o pacto com o leitor é bem claro de que se trata de um conteúdo descontraído, informal, leve ou humorístico, há um bom combinado entre as partes aí. Discutir se esse pacto em torno do humor é um consenso preconceituoso, nocivo, excludente, é uma outra questão que devemos prestar atenção. Mas não podemos dizer que esse conteúdo é exatamente falso. O maior problema no debate sobre as fake news vai no sentido oposto ao que você propõe na pergunta: a produção de notícias falsas tem imitado o formato tradicional de notícias e abusado da credibilidade que essa linguagem tem para passar informações falsas. Isso está sendo repetido ao ponto do desgaste dos formatos jornalísticos tradicionais (e associado à sua perda de credibilidade por uma gama de outros fatores) a ponto de ser fácil e conveniente descartar a informação jornalística entendendo que ela pode ser falsa, inventada, mal checada, manipulada. Então temos um problema no território da própria

constituição dos conteúdos informativos não mesclados com o entretenimento ou com o humor.

A restrição à informação oferecida por veículos com mais credibilidade jornalística também não ajuda no combate às fake news. Mas até nesse ponto a exclusão se repete. Aqueles que estão mais escolarizados e tem uma literacia digital melhor podem reconhecer melhor as informações falsas e suas fontes. Podem também consumir informações jornalísticas vindas de fontes gratuitas e com credibilidade. Pode parecer óbvio, mas não é, que desenvolvemos um código para ler no digital e que ele ainda não está para todos. Além disso, o digital coloca aparentemente todos os veículos em igualdade de hierarquia, favorecendo que os públicos escolham aquele de sua maior identificação e desconsiderem o processo de produção de conteúdo, quase como se ele não existisse. É como se o digital fosse um meio sem mediação, direto e reto em sua transparência com o mundo lá fora, porque alguém me disse, alguém falou.

Do viés narrativo narrativas possíveis

É numa passagem estreita entre uma liberdade e uma restrição específicas que a narração tecnológica acontece. Ela é representativa dos usos que as pessoas fazem dos mesmos equipamentos utilizados para a produção. Nossa preocupação é identificar como o desenho técnico do digital interfere com as possibilidades da escrita narrativa. O olhar mais personalista e individualizado traz as marcas do digital sobre o conteúdo. O recorte inclui na cena eu e o outro num pacto comum e não isola um narrador único e especializado.

Há um fenômeno mais generalizado de aproximação do jornalismo com o entretenimento, com a popularização dos conteúdos mais frios e menos noticiosos, com a demanda por tutoriais, checklists e conteúdos mais generalistas e educativos, pelo engajamento através do humor, do jogo e da interatividade. A popularização desses modelos associados ao desespero dos veículos tradicionais de mídia em manterem seus públicos e seus modelos de negócio tem tido como efeito a busca de experimentações em termos de conteúdo e de linguagem: organização dos textos de forma a adaptar-se à leitura no digital experimentando com extensão do texto, regras de SEO (System Engine Optimization), intercalação de conteúdos com materiais interativos e ao mesmo tempo informativos (vídeos, áudios, infográficos principalmente). Mas há ainda há um desafio para o jornalismo no formato da comunicação com seus públicos no sentido de que está

desafiado entre o massivo e as vozes individuais que falam com ele e na reivindicação de autoria dos conteúdos informativos. O jornalismo está desafiado em sua lógica de testemunho e na confirmação de sua credibilidade.

O jornalismo investigativo, por sua vez, foi transformado pela entrada no digital. Se antes a ida à campo era com o repórter na rua, o empírico buscado fora, nas entrevistas, nas viagens, nas experiências de um jornalismo em rota, hoje temos um jornalismo que investiga a partir do universo de dados que estão disponíveis em quantidade no digital. O nome muda, tratamos de um jornalismo de dados. Na década de 90, quando o Knight Center das Américas, da Universidade do Texas, despontava com seu trabalho, ainda se trabalhava com tabelas simples, relatórios de empresas disponibilizados online para transparência, era a apresentação de um mundo que hoje se potencializa assentado das tecnologias da informação, no trabalho interdisciplinar com as ciências exatas na análise de big data. O resultado, no entanto, pode ser muito informativo, muito narrativo, como resposta de um jornalismo denso. podemos realizar enquetes, podemos dispor informações em infográficos que façam ver as questões críticas que pleiteamos e pensar os caminhos de inovação na linguagem a partir do Design Thinking.

Uma das grandes promessas dos meios digitais é a proposta de levar a possibilidade combinatória entre dados a um extremo que permita a perda da linearidade. A linearidade é uma característica fundamental da cognição humana e podemos dizer que está associada a uma organização discursiva e narrativa de como aproximar-se do mundo. Se a vinculação entre uma sequência de dados não precisa mais ser mantida segundo uma lógica na qual se pode fiar, as possibilidades de construção de outras sequências se ampliam. Consideramos que uma lógica tem sua possibilidade de organização na cultura. Ela é a base para o entendimento dos aspectos discursivos e narrativos. Dessa forma, a aproximação com o maquínico e a abertura para o entendimento de outras lógicas possíveis está influenciando também novas visões de mundo (imaginário) e novas perspectivas na organização de dados (simbólico) e na maneira de construção do relato (narrativa).

Como efeito em relação à unidade de arquivo, a não linearidade representa a possibilidade de uma visada horizontal sobre os elementos em situação de arquivo. Mais uma vez, questionando-se a lógica de organização destes mesmos elementos e abrindo a possibilidade de recombinação dos mesmos, o sequenciamento entre eles pode mudar.

Uma visada multifacetada sobre os objetos arquivados pode representar uma abertura para que sejam estudados por formas de categorização antes não reconhecidas e, até mesmo, no nível de que suas possibilidades pudessem ser visualizadas. Hoje a nova imagem para se tratar dos arquivos é aquela de uma possibilidade de recombinação infinita. Se pensamos nos termos da linguagem temos que considerar uma finitude para tais possibilidades, que está balizada na cultura. Assim, a noção de não linearidade flerta com a ideia do infinito, do indistinto e do ilógico.

Em relação ao nível dos discursos a possibilidade da não linearidade rende no sentido de uma pulverização do controle sobre o dito. Por um lado, queremos dizer que o ato de dizer está em poder de mais e diferentes falantes e atores na cultura. Ao mesmo tempo o controle sobre ele se faz igualmente a partir de cada uma dessas pontas. Como temos reforçado, nesse momento, essa pulverização identificada por muitos autores como parte da própria dinâmica de organização do poder, hoje ela encontra maior exposição e possibilidade de ação por parte de tores, identificados como usuários.

Em relação aos estudos de narrativa, a não linearidade abre a possibilidade de manusear o que identificamos como unidades de um relato. Ainda, até mesmo esta noção de que o relato pode ser dividido em unidades determinadas de maneira clara fica abalada. Se seguimos pelo caminho que a ideia do não linear nos abre, temos que as partes de um relato são intercambiáveis. E, nesse ponto, as mídias digitais contribuem para operacionalizar essa possibilidade re-combinatória. Algumas delas já estão dadas e são reconhecidas. Outras ainda são possibilidades na imaginação, quem sabe estabelecidas como meta ideal para futura programação sobre interfaces de produção de narrativas.

Muitas das narrativas, ainda que feitas no suporte papel, já vinham abrindo a possibilidade de reescrita a medida em que pensavam metalinguisticamente seus elementos. É parte do movimento percebido pelos estudos de narrativa esse envolvimento com a mudança na forma do relato.

Se seguimos em nosso encaminhamento de ideias, os efeitos da não linearidade representam a promessa da possibilidade de um relato que só se organiza quando acionado para um usuário e que se erige às suas vistas e morre depois que cessa o olhar. Qual seria então sua contrapartida lógica? Esta pergunta é da mesma ordem de escrutinar quais os limites para a produção de sentido: isso se dando também no nível dos discursos e no nível dos relatos. Todo relato se assenta na possibilidade

comunicativa. Quer dizer, ele se assenta nas possibilidades lógicas dadas na cultura e se constrói, assim, a partir de um senso comum. Isso é válido a tal ponto ainda que consideremos um relato que não está acionado em determinado momento, um vídeo feito para o qual não se dá “play”. Ele está articulado num dos sentidos possíveis dos termos em que se apresenta. Dizemos também que esses sentidos são consentidos. Há um consenso sobre os significados que se pode atribuir aos termos, de modo que eles recortam um campo reconhecido.

Conclusão

Há uma promessa associada ao digital que representa abertura para acesso com diversidade e possibilidade de produção técnica aos usuários, ao mesmo tempo em que parte dos teóricos, um grupo cada vez maior, entende que ela também pode ser associada a um movimento de restrição e de exclusão em vários níveis. Neste artigo pretendemos posicionar algumas das teorias que se assentam em cada uma dessas duas linhas procurando analisar em que medida as mídias digitais podem ser enquadradas como um lugar de interdição. A ideia de interdição será assumida em dois níveis, em restrição de acesso e, num segundo nível como conformação mandatória à uma lógica do digital. Estamos para além do momento de optar eticamente por aderir ao digital ou não e, nesse sentido, fala-se de uma conseqüente exclusão digital. Também não estamos mais presos à um primeiro momento do contato com o suporte tecnológico e digital, mas nos cercamos das questões éticas que seus usos correntes implicam.

Devemos trabalhar para que as transformações no jornalismo venham acompanhadas do melhor que essa nossa prática profissional acumulou ao longo de sua modernidade e modernização: um compromisso ético, um dever com a verdade da informação e também um trabalho analítico, crítico e de oferecimento de compreensão de cenários culturais, sociais e políticos que tem de alguma forma voltado. O digital tem desafiado a prática jornalística a sair da perspectiva minimalista e enxuta do lead informativo para a uma nova narrativização e argumentação sobre os fatos, com novas camadas e canais de críticas adicionadas ao relato.

A ideia do jornalismo com um quarto poder vem de sua relação íntima com os atores políticos numa democracia representativa, preocupado com a vigilância dos poderes e representado ele mesmo um poder na construção de um mundo em seus relatos. Estamos assistindo o efeito do que o digital proporcionou em termos de

pulverização dos canais de oferecimento de informação e da possibilidade de participação dos públicos, além de um movimento ainda mais amplo de organização estratégica dos atores sociais e seus movimentos mais formalmente pelo menos há uns 50 anos. Então, no mínimo, o jornalista tem mais com quem conversar e mais a quem responder.

Cada modelo de produção de conteúdo tem na sua base um ideal de participação do leitor. E a interatividade com eles se faz não na abertura falseada de uma caixa de comentários ou no estabelecimento de enquetes com resultados pouco representativos. A dinâmica com o leitor, ou de maneira geral com o Outro, está implicada na própria relação na linguagem. Então, eu posso sentir que um texto interage comigo sem eu dizer (estou implicada nele) ou também posso responder e participar da produção de conteúdos que de início eu não sabia em que ponto iam chegar (processos mais colaborativos e participativos). O jornalismo tem uma questão que é a autoria de seu conteúdo, ele é assinado na experiência testemunhal do profissional da área e nossa prática ganha valor com isso. Estamos experimentando como essa autoria pode ser aberta, transformada ou deslocada para que o público também fale nela e observando se esse é um ideal a ser seguido. No momento temos veículos de mídia mais tradicionais que fazem um jornalismo que busca ser interativo também num sentido mais tradicional em termos de linguagem, tentando responder àquilo que julga ser de interesse de seus públicos e adotando uma linguagem que seu público identifica como notícia e como crível. Temos também veículos que procuram ser interativos segmentando sua linguagem e tentando falar numa linguagem que julgam que seu público usaria e tentando ter credibilidade assim. Há ainda aqueles que tentam abrir canais para que seu público fale com aspas, áudios e vídeos adotando a curadoria do jornalista em cima desses conteúdos. Nenhum desses modelos tem a resposta e verdade da interação com o público, são modelos e a distância em relação à totalidade dos públicos e a chave de seu engajamento tem de permanecer sempre um mistério. Isso porque esse público só existem no conjunto como um ideal suposto em cada projeto de mídia e do qual tentamos correr atrás. Então um jornalismo comprometido hoje tem noção dessa distância, não fala como dono da Verdade e tem consciência dos debates mais atuais que seccionam e tornam seu público diverso em termos seccionais e se preocupa com suas representatividades.

Espera-se que seja um jornalismo mais plural e diverso por causa do digital, que a noção de mobile first sirva para que os públicos possam interferir mais no processo da nossa produção de conteúdo, com voz antes, durante e depois; que os modelos de produção de conteúdo mais nas mãos das pessoas tenha mais canais de visibilidade; que a dinâmica do digital não repita tanto a exclusão social em que vivemos e que ela possa ser o começo de uma alternativa; que as plataformas de mídia digital que temos para dispor conteúdos sejam também mais diversas, plurais e menos monopolizadas e que a curadoria de conteúdos seja cada vez mais smart e mais horizontalizada; que o conhecimento técnico para lidar com o digital esteja mais no domínio de todos por motivo de liberdade; que sejamos mais cuidadosos com nossos dados e nossa privacidade.

Não podemos falar mais num conteúdo jornalístico, mas devemos pensar em como as pessoas vão consumir conteúdo informativo e quem vai produzir. Nesse sentido, nós jornalistas temos que pensar e agir criativamente para estabelecer espaços de credibilidade para o trabalho com informação, entender que hoje ela tem uma entrada expandida com a aquisição de conhecimento e com a educação. Nosso papel então é, em muitos modelos, menor como testemunhas e mais analítico e crítico. Nossa sobrevivência num ambiente midiático depende também da aproximação e integração com o papel mediador de outros profissionais de mídia.

Gostaria de privilegiar a existência de canais que tentam fazer conteúdo jornalístico de fato e respondem à dinâmica de produção noticiosa. Já são muitos, diversificados, engajados e representam uma alternativa para nós.

Referências bibliográficas

- BEIGUELMAN, G. O Livro depois do Livro. 1. ed. São Paulo: Peirópolis, 2003. v. 1. 96 p.
- BEIGUELMAN, G. Link-se: arte/mídia/política/cibercultura. 1. ed. São Paulo: Peirópolis, 2005. v. 1. 176 p.
- BEIGUELMAN, G.. Link-se – arte/mídia/política/cibercultura. São Paulo: Peirópolis. 2005
- BELLEI, S.L.P. O livro, a literatura e o computador. São Paulo: EDUC, 2002. p. 43-44.
- BOLTER, J. D.; GRUSIN, R. Remediation: Understanding New Media. Cambridge, MIT Press, 1999.
- BERNERS-LEE, T.; CAILLIAU, R. World Wide Web: proposal for a hypertext project. 1990. Available from: . Cited: 2 Nov. 2009.

-
- CARAMELLA, E. ET ALII...(ORG.). MÍDIAS: MULTIPLICAÇÃO E CONVERGÊNCIAS. SÃO PAULO: EDITORA SENAC, 2009.
- CASTELLS, Manuel. A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- CASTELLS, Manuel. A sociedade em Rede - a era da informação: economia, sociedade e cultura - Volume 1. São Paulo: Paz & Terra, 2002.
- CASTRO, J. C. "Cibercultura e a matriz lacaniana dos discursos". Intexto, Porto Alegre, UFRGS, n.28, p. 118-136, julho 2013.
- CHARAUDEAU, P. Discurso das mídias. São Paulo: Contexto, 2006.
- CHARTIER, R. A Aventura do Livro: do Leitor ao Navegador. São Paulo, Unesp, 1998.
- CRYSTAL, D. Language and the Internet. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- DECEW, Judith Wagner. "Violent Pornography: Censorship, Morality and Social Alternatives." *Journal of Applied Philosophy* 1.1 (1984): 79-84.
- DELEUZE, Gilles. Diferença e repetição. Tradução de Luiz Orlandi e Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- DERRIDA, J. A Escrita e a Diferença. São Paulo, Perspectiva, 1995. ECO, U. Lector in Fabula. 2ª. ed. São Paulo, Perspectiva, 2002.
- FAGIOLI, J. C. D. O arquivo e o sonho: a montagem como processo de mediação em *Sem Sol*, de Chris Marker. *Galaxia* (São Paulo, *Online*), n. 27, p. 160-171, jun. 2014.
- GOMES, M. R.. Repetição e diferença nas reflexões sobre comunicação. São Paulo, Annablume, 2001.
- GOMES, M. R. Comunicação e identificação: ressonâncias no jornalismo. Cotia: Ateliê Editorial, 2008.
- GREIMAS, A. J. Sémiotique et sciences sociales. Paris, Seuil, 1976.
- GREIMAS, A. J. e COURTÉS, J. Dictionnaire raisonné de la théorie du langage. Paris, Hachette, 1979.
- GONZÁLEZ ECHEVARRÍA, Roberto, (2000): *Mito y archivo*. Una teoría de la narrativa latinoamericana, Lengua y Estudios Literarios, Fondo de Cultura Económica, México.
- GRANSTON, Gillian. "TV Violence: Censorship or Regulation?" *Critical Survey* 1.2 (1989): 201-6.
- JENKINS, Henry. Cultura da Convergência. Editora Aleph, 2009. JÚNIOR, Queiroz. *Vocábulos no banco dos réus*. COPAC, [s.d]
- JENKINS, Henry; FORD, Sam; GREEN, Joshua. Spreadable media: creating value and meaning in a networked culture. New York: New York University Press, 2013.
- LANDOW, G.P. L'ipertesto: tecnologie digitali e critica letteraria. Milão: Mondadori, 2000. p. 8-34.

-
- LATOURET, B. *Jamais fomos modernos*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.
- LEÃO, L. *O chip e o caleidoscópio: reflexões sobre as novas mídias*. São Paulo: Ed. SENAC, 2002.
- LEÃO, Lucia. *O Labirinto da hipermídia - arquitetura e navegação no ciberespaço*. São Paulo: Iluminuras, 1999.
- LEMOS, André. *Cibercultura. Tecnologia e Vida Social na Cultura Contemporânea*. Porto Alegre, Sulina, 2002.
- LÉVY, Pierre. *O que é o Virtual?* São Paulo: Editora 34, 1997, 160 p.
- LÉVY, Pierre – *O Que É O Virtual?*. São Paulo, Editora 34, 1996.
- LEVY, Pierre. *As tecnologias da inteligência*. São Paulo: Ed. 34, 2004.
- LYOTARD, J.-F. *L'Inhumain. Causeries sur le Temps*. Paris, Galilée, 1988.
- LYOTARD, J. F. *A condição pós-moderna*. 2a. ed. Lisboa: Gradiva, 1989 (col. Trajectos).
- MANOVICH, L. *The Language of New Media*. Cambridge, MIT Press, 2001.
- MACHADO, A. *Máquina e imaginário: o desafio das poéticas tecnológicas*. São Paulo: Edusp, 2001.
- MANSO, R.; CALDAS, H. *Escrita no corpo: gozo e laço social*. *Ágora* (Rio J.) vol.16 no.spe Rio de Janeiro Apr. 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S1516-14982013000300008>
- MATTELART, A. *História da sociedade da informação*. São Paulo: Loyola, 2002
- McLUHAN, Marshall. "Visão, som e fúria". In: *Teoria da cultura de massa*. Rio de Janeiro, Ed. Saga, (s.d.).
- MURRAY, J. H. *Hamlet no Holodeck. O Futuro da Narrativa no Ciberespaço*. São Paulo, Itaú Cultural/Unesp, 2003.
- MUSSO, Pierre. *A filosofia da rede*. In: PARENTE, André (org.). *Tramas da rede: novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas da comunicação*. Porto Alegre: Sulina, 2004. p. 17-38.
- NELSON, T.H. *Opening hypertext: a memoir*. In: TUMAN, M.C. (Ed.). *Literacy online: the promise (and peril) of reading and writing with computers*. London: The University of Pittsburgh Press, 1992.
- NICHOLS, Bill. *Representing reality*. Bloomington /Indianápolis: Indiana University Press, 1991.
- ORLANDI, E. P. *A linguagem e seu funcionamento, as formas do discurso*. São Paulo, Brasiliense, 1983.
- PARENTE, André (org.) *Tramas da rede*. Porto Alegre: Sulina, 2004.
- QUÉRÉ, L. *Des miroirs équivoques*. Paris: A.-M., 1982.
- RECUERO, Raquel. *Redes sociais e internet*. Porto Alegre: Sulina, 2009, 191p.

-
- RICOEUR, Paul. Time and Narrative. vol. 1. Trans. Kathleen McLaughun and David Pallauer. Chicago, University of Chicago Press, 1984.
- SAAD, B. Estratégias para a mídia digital. Internet, informação e comunicação. Ed. Senac, 2003.
- SAAD, Beth ; SAAD CORRÊA, E. . Estratégias 2.0 para a mídia digital - 3ª edição. 3ª. ed. São Paulo: Senac, 2012. v. 1. 220p.
- SAFATLE, V. [Duas formas de amor pela superfície: Sobre os usos da metáfora e ironia em Lacan e Nietzsche](#). Natureza Humana, v. 8, p. 357-381, 2006.
- SANTAELLA, L. A assinatura das coisas. Rio de Janeiro, Imago, 1992.
- _____. A teoria geral dos signos. Semiose e autogeração. São Paulo, Ática, 1995.
- _____. Cultura das mídias. São Paulo, Experimento, 1996a.
- SANTAELLA, Lúcia e NÖTH, Winfried. Semiótica. São Paulo, Experimento, 1999.
- SAUSSURE, F. Curso de lingüística geral. 12ª ed. São Paulo, Cultrix, s/d.
- SANTAELLA, L. Matrizes da linguagem e pensamento: sonora, visual, verbal. Iluminuras/Fapesp: 2001.
- SILVA, M. L. S. Jacques Derrida. Coleção Cultura, Media e Artes. Lisboa: Unyleya e CECL, 2015.
- VIANELLO OSTI, M. El hipertexto entre la utopia y la aplicación: identidad, problemática e tendências de la Web. Gijón: Trea, 2004. p. 73-93.
- VULPE, Nicola. "Censorship and the Marketplace." In *AEDEAN Select Papers in Language, Literature and Culture: Proceedings of the 17th International Conference*. [U of Córdoba, 1993]. Ed. Javier Pérez Guerra. Vigo: AEDEAN, 2000. 291-92.*
- WEALE, Albert. "Freedom of Speech Is Freedom of Religion?" In *Free Speech: Seminar Report*. Ed. Bhikhu Parekh. London: Commission for Racial Equality, 1990. 49-58.
- WERTHEIM, M. Uma História do Espaço. De Dante à Internet. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2001.
- ZIZEK, Slavoj. Bem-vindo ao deserto do real. São Paulo, Boitempo, 2003.

